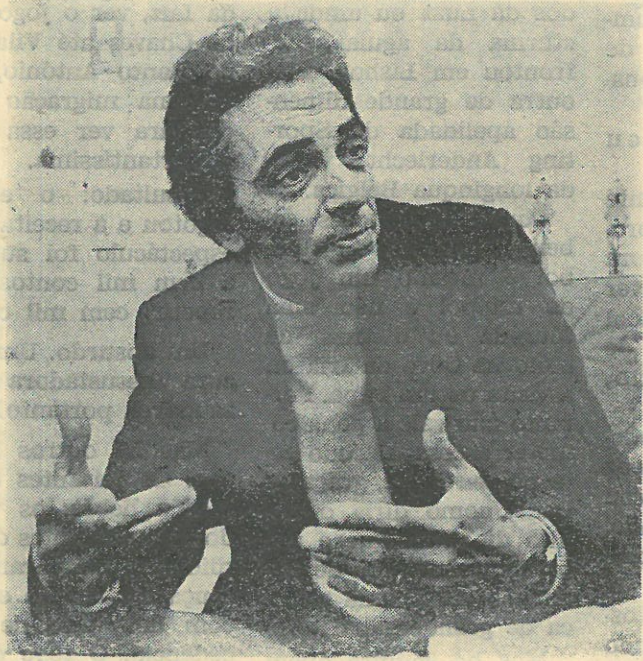


## João Martins Pereira ao "Correio do Minho":



«O gonçalvismo traduz uma forma específica de articulação entre o político e o social»

(FOTO EURICO VASCONCELOS)

# A INSTABILIDADE PERSI — O PROBLEMA É SABE

Um livro, «No Reino dos Falsos Avestruzes», de João Martins Pereira, agora editado pela Regra do Jogo, acerca-se do problema central das nossas colectivas decepções e constitui um dos mais empolgantes e ácidos testemunhos sobre o viver português. Blanchot escreveu, um dia, que «com as palavras pode-se fazer silêncio» Martins Pereira reitera uma outra verdade, mas esta antagónica:

o silêncio pode não ser o vazio. Recentemente, um amigo que muito prezo dizia-me que este livro de João Martins Pereira assumia-se como um empreendimento de demolição. Em desacordo. «No Reino dos Falsos Avestruzes» talvez revele uma impaciência truculenta, uma amargura incontida, uma visão desencantada da politiqueria nacional — mas é, sobretudo, uma reflexão sobre as direcções

— O seu livro que é: um panfleto, uma imprecisão, um sintoma alarmante de desencanto?

— Nenhuma das coisas. Apenas a manifestação pública da necessidade de «chamar as coisas pelo seu nome» (algumas coisas). Um «manifesto», então? Talvez; mas, sobretudo, não desencantado. Não me falha a esperança.

— No seu livro, entre outras reflexões críticas, há uma, direi «moderada», ao PCP. O PCP é um dos seus fantasmas?

— Julgo que não é: nunca tive sequer a tentação, o desejo de aderir ou, inversamente, a nostalgia ou a difusa culpabilidade de não ter aderido. Tão-pouco tui, alguma vez, «companheiro de estrada». Já não seria tão peremptório se, no lugar de «PCP», estivesse a «militância» (partidária, sindical, cultural).

— Você manifesta uma evidente decepção pela extrema-esquerda. Quais as grandezas e os limites da extrema-esquerda que se arranja, a que temos?

— Penso que se refere aos pequenos grupos de extrema-esquerda, «a que se arranja», embora não me recorde de lhe fazer qualquer menção no meu livro...

— Está subjacente: pressente-se, direi melhor... Mas, vamos lá continue a falar.

— Bom... Quais as suas grandezas? Suspeito que apenas a generosidade e o empenho de alguns dos seus jovens militantes, que não sabem que fazer de uma revolta

que, por ser «o princípio de tudo», é, só por si, um bom princípio... Limites: os que lhe são impostos pela existência de um PCP de que busca decalcar, à sua micro-escala, a linguagem, a organização, os «vícios».

— Que é isso de «Esquerda Moderna», a que o João Martins Pereira parece dar o aval e a caução?

— Não me lembro de falar em «esquerda moderna», nem mesmo em «nova esquerda». Trata-se, se bem entendo, da minha posição favorável a que se não identifique esquerda com luta do proletariado. Há que abrir os campos de luta, de intervenção, de reflexão, numa perspectiva emancipadora: não creio que toda a opressão/exploração desapareça da sociedade automaticamente no dia em que triunfe a «revolução proletária» ou, mais correctamente, o «Partido - vanguarda - do - proletariado». Os exemplos históricos dizem-nos que, nessas condições, nem o próprio proletariado se emancipa.

— Você foi secretário de Estado da Indústria, em 1975, na altura em que o primeiro-ministro era Vasco Gonçalves. Ora bem: sob uma perspectiva de Esquerda, que é isso do «gonçalvismo»; e, por outro lado, quais as aproximações e as dissensões que tem com a política de Vasco Gonçalves? Vai nessa, de responder a este granel?

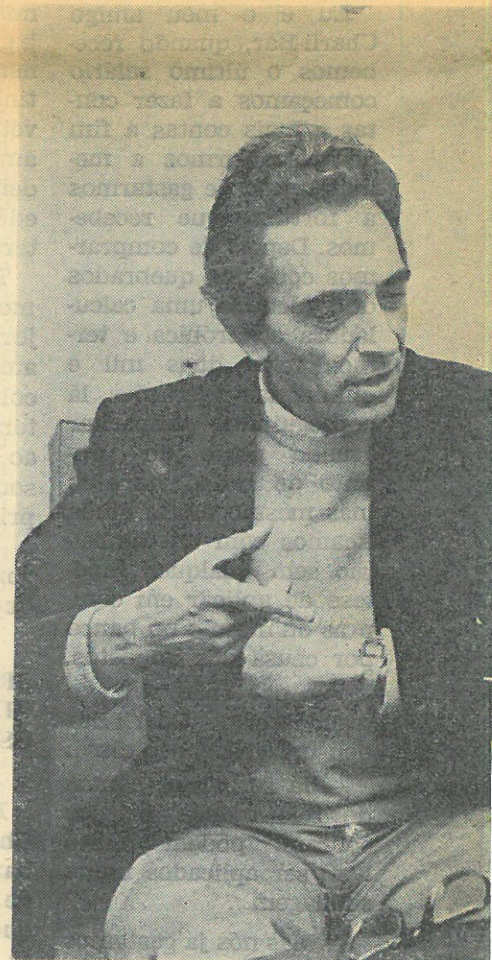
— Vou nessa, e não é granel... O «gonçalvismo», na minha perspectiva, é muito simplesmente um período histórico situado entre Abril de 74 e Novembro de 75; isto

é: começado antes e acabado depois de Vasco Gonçalves, que traduz uma forma específica de articulação entre o político e o social. Sob uma perspectiva de Esquerda, é o período em que grandes massas da população pensaram, imaginaram, agiram, se manifestaram, lutaram, e em que o Estado se debateu entre controlar/reprimir e estimular/apoiar, entre a impotência e a timidez. É, também, o período em que foram decapitados os grupos económicos, a terra conquistada, em que se descolonizou, em que se legislou sob intensa pressão popular — e tudo isto foi (e é) decisivo. Em muito disto teve Vasco Gonçalves o seu papel, positivo quando falou uma linguagem que não é a dos «políticos», quando dinamizou de facto, quando abalou as estruturas antigas; negativa, a meu ver, quando pretendeu sobrevalorizar o Estado e os aparelhos de Poder, quando não soube passar da estatização à socialização, quando se submeteu demasiado a um modelo inspirado pelo PCP, donde resultou que muito do que foi feito, importante, ficou a meio caminho.

— Você, Martins Pereira, prognostica uma sociedade plural, indiferenciada e, pelos vistos «normalizada» no sentido Europa-Occidental do termo. Porém socialista, acrescenta. Vamos lá: pode haver socialismo sem a expropriação dos bens de produção?

— Nada no meu livro pode levar a supor ser esse o «tipo de sociedade» que «preconizo» e...

— Não é «preconizar», é prognosticar... Bom: continue...



«Há que abrir os campos de luta, creio que toda a opressão/exploração d

— Nada no meu livro, dizia eu, pode levar a supor ser esse o «tipo de sociedade» que «preconizo» (se é que isso tem sentido: nem Marx «preconizou» qualquer tipo de sociedade). Poderia citar numerosas passagens do meu livro que vão em sentido contrário. Quero, no entanto, deixar claro que continuo a apostar em que o socialismo, sistema outro, sociedade outra — tem de ser com-

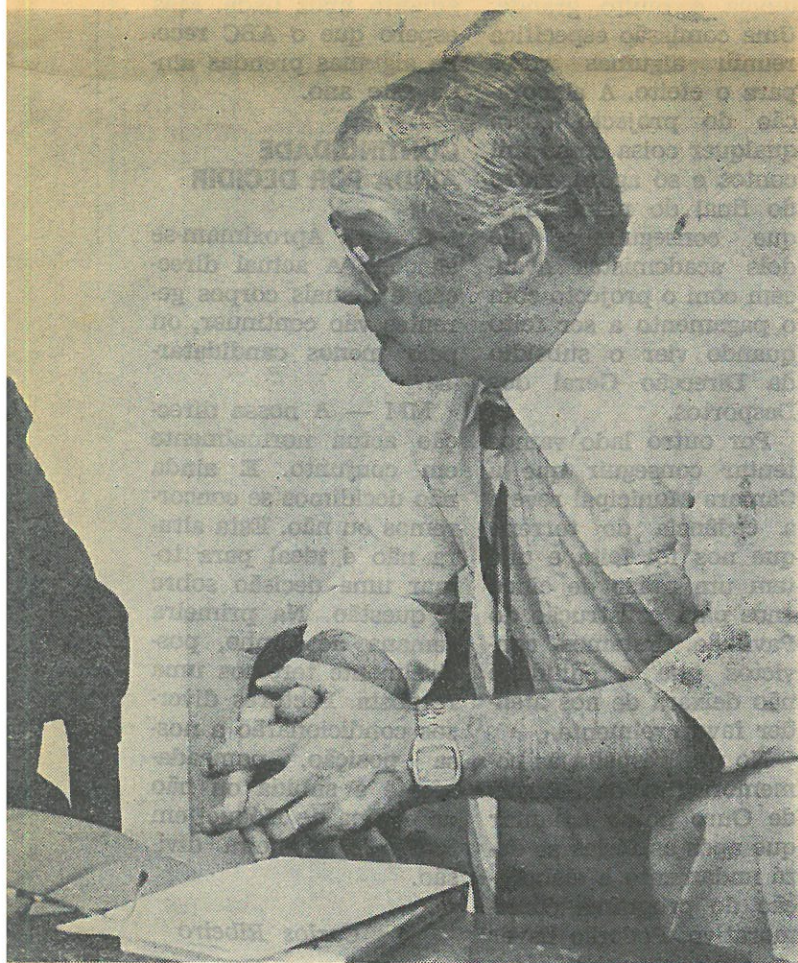
# STIRÁ R-SE NO QUE VAI DAR...

## UMA ENTREVISTA DE BAPTISTA-BASTOS

e os caminhos possíveis, e a imagem devolvida dos nossos pensamentos mais recônditos. Se a linguagem estrutura o inconsciente, como pretende Jacques Lacan, este polémico volume procura desvendar esse mesmo inconsciente. Um livro político, bem entendido. Onde a logorria é quase totalmente expungida, o que o torna inusual no torvelinho de estudos, obras, ensaios, reflexões sobre

a crise portuguesa. João Martins Pereira tem 50 anos, é formado em engenharia, frequentou um curso de Economia e Sociologia do Trabalho na Universidade de Paris e, desde 1965, ocupa-se, profissionalmente, de estudos económicos numa empresa de projectos. Pertenceu ao corpo redactorial da «Seara Nova» e de «O Tempo e o Modo». Fez parte da equipa colectiva que, sob o pseudó-

nimo de Alvaro Neto, publicou, em 1969, «Alguns Aspectos do III Plano de Fomento» (edição da Seara Nova). Em 1971 publicou pela Dom Quixote, «Pensar Portugal Hoje»; em 1974, «Indústria, Ideologia e Quotidiano» (Edições Afrontamento); e, em 1975, a brochura «Portugal 75 — Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento» (Edição Iniciativas Editoriais), selecção de artigos publicados na revista «Vida Mundial», onde foi responsável pela Secção de Economia entre Novembro de 1974 e Março de 1975. Em 1977, a Bertrand editou-lhe «O Socialismo, a Transição e o Caso Português»; em 1980, «Sistemas Económicos e Consciência Social» (Ed. Instituto Gulbenkian de Ciência). Em 1970-71 e 71-72 foi assistente de Economia Industrial no ISCEF, hoje ISE. Durante o IV Governo Provisório, sendo primeiro-ministro Vasco Gonçalves, foi secretário de Estado da Indústria e Tecnologia. Foi dirigente da Associação de Estudos do Instituto Superior Técnico, participou na campanha da CDE em 1969, apoiou a campanha presidencial de Otelo Saraiva de Carvalho. Foi director (1976) do semanário «Gazeta da Semana» e do mensário (1980) «Gazeta do Mês». Eis o retrato, a meio-corpo, de João Martins Pereira. Durante a nossa conversa houve risos, gestos sublinhativos das fases, algumas historietas sobre figuras e figurões do nacional-politiquismo. Seco, nervoso, ágil, de frase lépida e raciocínio fulgurante. Ai está o resultado do diálogo.



em intervenção, de reflexão, numa perspectiva emancipadora: não desapareça automaticamente da sociedade, no dia em que triunfe a revolução proletária»

(FOTO EURICO VASCONCELOS)

patível com uma grande liberdade, com uma enorme potenciação colectiva das energias, das iniciativas e das diferenças individuais. O oposto, mesmo, de uma sociedade «indiferenciada». Quanto à pergunta: é indiscutível que socialismo implica a socialização, por via da apropriação colectiva, dos meios politicamente estratégicos de produção — mas implica muito mais coisas...

— No seu livro, entre outros retratos implacáveis, você refere-se, particularmente, com tinta ácida, a Vítor da Cunha Rêgo, António Alçada Baptista e a Vasco Pulido Valente. Quanto a António José Saraiva, aí, a sua posição crítica é mais... digamos... benevolente. A reversão de Saraiva não é mais importante do que a dos outros, tendo em conta que (como você escreve), Saraiva

beneficiou de um estatuto intelectual mais significativo e influente?

— Tem alguma razão. Apenas dou a crédito de Saraiva o facto de «se expor» com muito mais clareza e, portanto, no plano intelectual, ser mais «sério»: não o vejo fazer as ridículas «rábulas de Esquerda» com que os outros procuram fazer apaziguar a sua má-consciência, e que os tornam, porventura, mais perigosos.

— Diz-se que a sociedade portuguesa tende, depois destas últimas eleições, para a «estabilização». De acordo?

— Não me parece que ninguém pense isso, nem mesmo os políticos, ainda quando digam o contrário. Eu também não penso. O problema que se põe, justamente, é «no que vai dar» a instabilidade que persistirá. Não me aventuro por aí...

— No seu entender qual o papel a desempenhar, futuramente, pelo PCP?

— Não lhe vejo possível, a médio prazo, outro papel para além do que tem vindo a desempenhar, aliás muito mais importante nos planos sindical e autárquico do que no «directamente» político. Nas condições da sociedade portuguesa, e no pressuposto de se manter a configuração constitucional, outro papel só lhe seria possível com uma direcção muito mais imaginativa e aberta, capaz de adequar a essa sociedade os «instrumentos de análise» que lhe tem vindo a aplicar como «modelo» imutável, indiscutível e igualmente válido em qualquer tempo e em qualquer lugar. Em resumo: capaz de desacralizar, de «laicizar» o partido.

— Vejamos: quais os motivos que levam os mais importantes escritores, poetas, pintores, jornalistas, cineastas, gente de Teatro e da Música, a ser militantes ou simpatizantes do PCP?

— Não aceito o seu considerando...

— Não aceita mas é uma evidência...

— Não aceito o seu considerando, segundo o qual a maioria dos nomes «que contam» nas artes, nas letras, etc., seja militante ou simpatizante do PCP. Mas há muitos que são — como «explicar»? No plano político, pelo complexo (de que falo no meu livro) de «estar próximo dos operários». No plano intelectual, pelo mesmo «passe de mágica» com que, por exemplo, os cientistas católicos compatibilizam milagres e ciência... Um intelectual do Partido tem de assumir que «há coisas que se aceitam sem discutir» (o regime soviético, por exemplo) e, nesse sentido, digo apenas que não é «inteiro»: o seu espírito crítico não se pode aventurar em certos domínios, há interrogações que lhe estão vedadas pela «fé» — interrogações vitais para os trabalhadores.

— Sabe-se o que é o Partido Socialista: é Mário Soares. Você pensa, em boa consciência, que pode existir, no interior do PS, um grupo de pressão à Esquerda, tendo em conta o que Soares fez à minoria pensante e ao chamado grupo do secretariado?

— Em boa consciência penso que é, pelo menos, muito difícil. Mas não julgo inútil que alguns pensem que é possível, e lá estejam. Estou à vontade para o dizer, eu, que não teria «estômago» para esse papel...



*«Há que abrir os campos de luta, de intervenção, de reflexão, numa perspectiva emancipadora: não creio que toda a opressão/exploração desapareça automaticamente da sociedade, no dia em que triunfe a revolução proletária»*

(FOTO EURICO VASCONCELOS)